

MONITOR

SETEMBRO 2022



REPÓRTER
BRASIL

DE OLHOS FECHADOS PARA O DESMATAMENTO

Como a corrupção, políticas governamentais negligentes e sistemas corporativos de rastreabilidade insuficientes facilitam o escoamento do gado produzido de forma criminosa

MONITOR #16

EXPEDIENTE

Setembro de 2022

EDIÇÃO

André Campos

PESQUISA E TEXTO

Poliana Dallabrida

Isabel Harari

Naira Hofmeister

FOTOS

Daniel Beltra - Greenpeace (capa)

Christiano Antonucci - Secom-MT (pág. 06 e 23)

Bruno Kelly - Amazônia Real (pág. 07)

Divulgação - Ibama (pág. 08)

Zé Gabriel - Greenpeace (pág. 11)

Alberto Cesar Araujo - Amazônia Real (pág. 12)

Marcio Isensee e Sá (pág. 13, 19 e 24)

Divulgação - Frigotil (pág. 15)

Piero Locatelli - Repórter Brasil (pág. 15 e 19)

João Laet - Repórter Brasil (pág. 16)

A C Moraes - Creative Commons (pág. 17)

Bruno Cecim - Agência Pará (pág. 20)

Lilo Clareto - Repórter Brasil (pág. 21)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Débora De Maio | Estúdio AVOA

Monitor é um boletim da **Repórter Brasil** que divulga estudos sobre cadeias produtivas

Esta publicação foi elaborada com o apoio da Mighty Earth (www.mightyearth.org).

REPÓRTER BRASIL

ORGANIZAÇÃO DE COMUNICAÇÃO
E PROJETOS SOCIAIS

COORDENADOR GERAL

Leonardo Sakamoto

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Marcel Gomes

COORDENADORA FINANCEIRA

Marta Santana

ASSISTENTE DA COORDENAÇÃO

Victória Perino Rosa

ENDEREÇO

Rua Amália de Noronha, 151
Conj. 605 - São Paulo - SP
Brasil CEP 05410-010

CONTATOS

✉ contato@reporterbrasil.org.br

f **ONGReporterBrasil**

t **@reporterb**

(55 11) **2506-6570**

(55 11) **2506-6562**

(55 11) **2506-6576**

(55 11) **2506-6574**



SUMÁRIO

04

Introdução

06

*As regras do jogo:
critérios mínimos e TACs
da Carne*

08

As limitações do monitoramento

- 09** *Cadastro Ambiental Rural (CAR):
mentiras sem consequência*
- 12** *Guia de Transporte Animal (GTA):
a “caixa preta” do gado brasileiro*
- 14** *Pará cria plataforma para
monitorar ilegalidades*

17

*A corrupção que beneficia
o gado ilegal*

- 17** *Hackers cancelam
embargos ambientais*
- 18** *Pressão política no Ibama
“legaliza” áreas desmatadas*
- 18** *Servidores estaduais criam
“bois fantasmas”*

20

*As novas promessas
dos frigoríficos*

- 21** *Rastreabilidade permanecerá parcial*
- 22** *Pecuaristas resistem em aderir*
- 22** *Monitoramento segue vulnerável
à “lavagem do gado”*

24

Horizonte nebuloso

26

*Anexo:
Íntegra dos posicionamentos
de JBS, Marfrig e Minerva*

INTRODUÇÃO

Desmatamento, trabalho escravo e invasão de terras públicas são problemas inerentes a parte da cadeia produtiva da pecuária no Brasil. Ao menos 17% das exportações de carne para a União Europeia com origem em fazendas na Amazônia e no Cerrado podem estar contaminadas pelo desmatamento ilegal, conforme dados de 2020 publicados na revista Science¹. O panorama é semelhante com a carne consumida internamente ou exportada para outras regiões.

Amazônia, Pantanal e Cerrado são biomas cada vez mais ameaçados pelo avanço da fronteira do agronegócio, que desmata e remove a cobertura natural para dar lugar à criação de bois e vacas. Na Amazônia, 90% das áreas desmatadas foram convertidas em pastagens até 2019².

Monitorar a origem do problema é um grande desafio para a indústria. Em estados como Mato Grosso e Pará, responsáveis por 24,5% da produção nacional³, a cadeia produtiva é fragmentada. O gado costuma passar por diversas fazendas até chegar ao abate.

Após o nascimento, o animal passa pelas etapas de cria, recria – fase que começa após o desmame – e engorda. Em muitos casos, essas etapas envolvem diversos pecuaristas. Mas apenas aqueles que transferem o animal da fazenda para o abate, os fornecedores diretos, é que são totalmente mapeados e monitorados pelos frigoríficos.

“O fornecedor direto compra (gado) de várias outras fazendas. Nos casos que analisamos, ele pode comprar de até dez, quinze fazendas diferentes. Esse fornecedor indireto está totalmente invisível. O índice de contaminação da cadeia é muito alto”, afirma Daniel Azeredo, procurador do Ministério Público Federal (MPF) e um dos idealizadores do chamado

TAC da Carne, sigla para Termos de Ajustamento de Conduta (detalhes sobre a iniciativa mais adiante).

Diversas publicações da **Repórter Brasil**⁴ e de outras organizações já demonstraram como pecuaristas multados por desmatamento ilegal, com áreas embargadas em suas propriedades ou autuados por trabalho escravo estão inseridos na rede de fornecimento de grandes frigoríficos e supermercados.

Pecuaristas envolvidos em crimes frequentemente transferem o gado para a engorda final para propriedades “ficha limpa”, fazendas com autorização para vender os animais aos abatedouros. Outra forma de driblar o monitoramento do setor⁵ é a emissão de declarações falsas sobre a real fazenda de origem dos animais nas Guias de Trânsito Animal (GTAs) – um documento obrigatório para o transporte do gado até as indústrias de abate. Esse tipo de fraude é chamada de “lavagem” ou “esquentamento” de bois.

Fraudes nas emissões das GTAs, informações falsas no Cadastro Ambiental Rural (CAR) de fazendas, falta de transparência e até mesmo casos de corrupção de servidores de órgãos ligados a fiscalização, como revelado em operações policiais recentes, são alguns dos principais desafios para o monitoramento da pecuária brasileira.

O acúmulo de problemas contamina a imagem do país no mercado internacional. Como o poder público tem atuado para garantir o rastreamento dos animais e para evitar que produtores que acumulam ilegalidades façam parte da cadeia de negócios do setor? Qual é a real efetividade dos novos sistemas de rastreabilidade propostos por grandes frigoríficos nos últimos dois anos?

Especialistas ouvidos pela **Repórter Brasil** sustentam que o país possui tecnologias e instrumentos legais para melhorar o monitoramento do setor. A má notícia é que as informações continuam fragmentadas e parece inexistir empenho político ou administrativo suficiente para sistematizá-las em uma plataforma transparente e eficaz.



AS REGRAS DO JOGO: CRITÉRIOS MÍNIMOS E TACS DA CARNE

O conhecimento sobre o esquema de “lavagem de gado” e outros problemas associados a fornecedores indiretos é antigo. Em 2009, o Greenpeace já demonstrava como frigoríficos brasileiros compravam gado de pecuaristas com áreas desmatadas ilegalmente na Amazônia. O couro dos animais e a carne *in natura* oriunda dessas áreas chegava a marcas do varejo global, como Carrefour, Grupo Pão de Açúcar e Walmart, e multinacionais, como Johnson & Johnson e Unilever⁶.

Após a repercussão do relatório, os maiores frigoríficos brasileiros – JBS, Marfrig e Minerva – tornaram-se signatários de um protocolo de compras⁷ firmado com a entidade. O documento previa a adoção de critérios mínimos, ainda hoje em vigor, para a compra de gado na Amazônia. Um dos pontos centrais é a política de desmatamento zero para o bioma. Isso significa veto à aquisição de animais criados em áreas desmatadas – legal ou ilegalmente – após 2009.

Já naquela época a promessa das empresas de abolir o desmatamento em suas cadeias produtiva não se limitava aos fornecedores diretos. O acordo com o Greenpeace previa monitorar os fornecedores indiretos até 2011. Mas isso nunca foi cumprido.

Fiscalizações conduzidas pelo MPF e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no Pará demonstraram que, no mesmo período, diversos frigoríficos seguiam adquirindo animais de fazendas com áreas embargadas por desmatamento ilegal. Desde 2008, a compra de matérias-primas produzidas em áreas alvo de embargo configura infração reconhecida em lei.

Por conta disso, procuradores firmaram uma série de acordos individuais com frigoríficos da região amazônica prevendo a adoção de critérios de compra cujo descumprimento está sujeito a multas e sanções. Esses pactos foram estabelecidos por

meio da assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o MPF e as empresas.

Os chamados TACs da Carne exigem que os frigoríficos signatários se comprometam a comprar gado apenas de fazendas sem registro de desmatamento ilegal na Amazônia após 2008. Além disso, não podem receber animais com

origem em propriedades inseridas na lista suja do trabalho escravo – o cadastro do governo federal que reúne empregadores autuados por esse tipo de crime. Nem de fazendas que estejam localizadas em áreas protegidas, como Terras Indígenas (TI) e Unidades de Conservação (UC). Dados de 2020 mostram que 100 plantas frigoríficas já se tornaram signatárias dos TACs da Carne⁸.



Área queimada para pasto próxima à Flora do Jacundá, em Rondônia



AS LIMITAÇÕES DO MONITORAMENTO

Para cumprir os critérios estabelecidos pelo acordo com o Greenpeace e os TACs da Carne, os frigoríficos signatários passaram a realizar monitoramentos a partir de parâmetros próprios, estabelecidos em parceria com consultorias e organizações não-governamentais. Só recentemente intensificaram-se os esforços para harmonizar tais parâmetros, criando um entendimento único e objetivo sobre como aplicar os critérios socioambientais acordados no dia a dia.

O protocolo de monitoramento da pecuária mais conhecido do país foi desenvolvido pelo MPF com orientação técnica do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora). Em vigor desde julho de 2020, uniformiza 11 critérios para o bloqueio de fornecedores em atendimento aos critérios dos TACs⁹ e deve ser seguido, obrigatoriamente, por todos os signatários do acordo.

O protocolo do MPF/Imaflora inclui análises geoespaciais de propriedades fornecedoras; análises de listas públicas, como a relação de proprietários embargados pelo Ibama ou presentes na lista suja do trabalho escravo; análise de documentos, como o CAR e as GTAs; e análise da produtividade do fornecedor. Para montar esse quebra-cabeça, os frigoríficos signatários precisam ser capazes de agregar e operacionalizar as informações do poder público, que possuem grau variado de transparência.

“Muitas vezes, quando vamos discutir com os frigoríficos sobre monitoramento, boa parte da discussão é sobre o que é operacionalizável e o que não é”, explica Lisandro Inakake de Souza, engenheiro agrônomo e coordenador da Iniciativa de Clima e Cadeias Agropecuárias do Imaflora. “No protocolo de monitoramento nós citamos quais os critérios [dos TACs da Carne] não estão no monitoramento, parte devido a não ter dados e parte pelos dados não serem operacionalizados”.

APENAS PARÁ E MATO GROSSO AINDA DIVULGAM COM ALGUMA QUALIDADE OS EMBARGOS AMBIENTAIS. OUTROS ESTADOS NÃO FAZEM ISSO. HÁ MUITA INFORMAÇÃO QUE NÃO ESTÁ DISPONÍVEL DE MANEIRA OPERACIONALIZADA PARA QUE O MONITORAMENTO SEJA EXECUTADO. TEMOS UMA DEFICIÊNCIA DE INFORMAÇÕES ORGANIZADAS MUITO GRANDE

LISANDRO INAKAKE DE SOUZA
engenheiro agrônomo e coordenador
da Iniciativa de Clima e Cadeias
Agropecuárias do Imaflora

Entre os critérios de difícil monitoramento estão informações de embargos ambientais a nível estadual, documentos referentes a questões fundiárias, como certidões de posse e registros cartoriais, e informações sobre disputas agrárias.

“Apenas Pará e Mato Grosso ainda divulgam com alguma qualidade os embargos ambientais. Outros estados não fazem isso. Há muita informação que não está disponível de maneira operacionalizada para que o monitoramento seja executado. Temos uma deficiência de informações organizadas muito grande”, completa.

Em dezembro de 2020, a organização Global Witness mostrou como empresas brasileiras e seus financiadores contribuem com o desmatamento ilegal na Amazônia por meio da compra de gado de fornecedores indiretos¹⁰.

Chris Moyer, um dos pesquisadores que coordenou o estudo, conta que a equipe precisou de oito meses para coletar, analisar e sistematizar os dados públicos que mostravam como pecuaristas com irregularidades faziam parte da cadeia de fornecimento dos grandes frigoríficos.

Moyer lembra, por exemplo, da dificuldade em sistematizar as informações relativas a embargos ambientais no Ibama. “Às vezes, a planilha Excel que o Ibama divulga não apresenta os mesmos dados que a página web. Ou seja: tem produtores com áreas embargadas na página web, mas não na planilha do Excel. Há um pdf com todos os produtores com áreas embargadas que, às vezes, não está em conformidade nem com a página web nem com a planilha Excel. Você precisa manualmente verificar isso”, explica. “O Estado poderia ser muito mais eficiente na maneira de disponibilizar essas informações”.

Cadastro Ambiental Rural (CAR): mentiras sem consequência

Algumas das informações necessárias para o monitoramento do setor estão nos CARs dos pecuaristas. Criado com o novo Código Florestal brasileiro, em 2012, o CAR é um cadastro eletrônico nacional que visa integrar as informações ambientais de propriedades e posses rurais no país¹¹.

No cadastro, que é autodeclarado, o proprietário apresenta documentação de posse e informações georreferenciais e ambientais da propriedade, como a localização de Áreas de Preservação Permanente (APP), áreas de uso restrito, Reserva Legal e áreas com remanescentes de vegetação nativa. Por ser autodeclarado, o cadastro precisa

passar pela etapa de validação nas secretarias estaduais de meio ambiente.

São inúmeras as fraudes já identificadas no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR). Em outubro de 2020, um levantamento do observatório De Olho nos Ruralistas mostrou que ao menos 7.739 imóveis rurais inseridos no CAR, totalizando área superior a 12 milhões hectares, foram declarados por fazendeiros em áreas sobrepostas a Terras Indígenas (TIs)². Das TIs com sobreposições de CARs registradas, seis eram territórios homologados, 181 regularizados, 61 declarados, 41 delimitados, cinco em estudo e outros três aguardavam a aquisição da área para se tornarem Reserva Indígena¹³.

“

O CAR TEM SIDO UTILIZADO NAS FRONTEIRAS NOVAS COMO UMA TENTATIVA DE VALIDAÇÃO DA GRILAGEM E COMO INSTRUMENTO PARA PÔR PRESSÃO EM CIMA DE POPULAÇÕES

RÔMULO BATISTA
representante da campanha
Amazônia do Greenpeace

”

Dados de 2016 do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (Prodes) registraram 1,1 mil km² de desmatamento em Áreas de Preservação (APs) na Amazônia. Desse total, 74% das áreas desmatadas possuíam imóveis registrados no CAR. Alguns desses cadastros estavam sobrepostos, inclusive, em APs que não permitem o registro de imóveis rurais, conforme demonstrou um estudo

publicado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) em 2018¹⁴.

Em muitos casos, no lugar de facilitar a regularização ambiental, o registro de fazendas no CAR é empregado como um instrumento para tentar legitimar a posse de áreas ocupadas ilegalmente.

“O CAR tem sido utilizado nas fronteiras novas como uma tentativa de validação da grilagem e como instrumento para pôr pressão em cima de populações”, afirma Rômulo Batista, da campanha Amazônia do Greenpeace. “É um desvio de função completo de um instrumento que tem o objetivo de mapear a aplicação da legislação ambiental dentro de propriedades”.

Outra fraude comum se dá pela repartição da propriedade em fazendas menores, cadastradas separadamente no sistema do CAR. A prática permite contornar dois dos principais critérios estabelecidos nos TACs da Carne: o bloqueio das compras oriundas de fazendas com áreas embargadas pelo Ibama ou com registros de desmatamento ilegal detectados pelo Prodes.

Muitos fazendeiros declaram suas propriedades de forma fragmentada no CAR. Dessa maneira, ao invés de uma única fazenda, a terra é convertida – ao menos no papel – em diversas fazendas menores que fazem fronteiras entre si. Caso ocorra embargo ou registro de desmatamento ilegal em alguma delas, basta utilizar a área vizinha para fazer a negociação do gado com os frigoríficos.

A fragmentação de propriedade contraria a regulamentação do CAR, que determina a declaração de áreas limítrofes de um mesmo proprietário em apenas um cadastro.

“É uma fragilidade muito grande do sistema existir a possibilidade de redesenhar o polígono de uma propriedade com área desmatada. Como é que o Estado vai provar que o proprietário está ilegal? Falta fiscalização, falta atuação *in loco*”, afirma Ritaumaria Pereira, diretora executiva do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), uma organização não governamental (ONG) que estuda as relações entre desmatamento, pecuária e mercado da carne.

Até 31 de dezembro de 2020, oito anos após a aprovação do Novo Código Florestal, 7,02 milhões de imóveis rurais haviam sido cadastrados no SICAR, totalizando 566 milhões de hectares¹⁵. O atraso na validação dessas informações autodeclaradas permite que fraudes muitas vezes óbvias perdurem sem obstáculo.

“Como o CAR não foi validado e os dados não foram conferidos, temos um número muito grande de cadastros falsos no sistema. Isso faz com que crimes de ocupação de terra ilegal e desmatamento consigam entrar na produção utilizando cadastro falso”, explica o procurador Daniel Azeredo.

A qualidade da validação do cadastro nos estados é outra preocupação de Azeredo. “O que eles verificam? Qual é a ferramenta tecnológica utilizada? Há vários níveis de qualidade para validação do cadastro ambiental rural. Se você fizer só uma avaliação formal de limite com o vizinho, se está em unidade de conservação ou terra indígena, isso ainda é muito pouco. Temos fraudes mais complexas que podem passar com uma análise de baixa qualidade”, afirma.

Uma validação incompleta pode não ser capaz, por exemplo, de assegurar a titularidade da posse da terra a partir da consulta a informações cartoriais e de órgãos estaduais responsáveis pela regularização fundiária. Pode também falhar em detectar se perímetros alvo de supressão vegetal recente foram declarados, de forma fraudulenta, como “áreas consolidadas” – ou seja, desmatadas antes de 2008.

Segundo o Código Florestal, as áreas consolidadas podem estar sujeitas à anistia do desmatamento ilegal ou a regras mais brandas para a recomposição de passivos ambientais. Além disso, estão fora do



Campanha *Você sabe de onde vem essa carne?*, do Greenpeace

recorte temporal a ser aplicado pelos frigoríficos segundo os TACs da Carne, prevendo o bloqueio de compras de fazendas com desmatamento recente.

Falta de transparência

Mesmo para o caso dos cadastros validados, a falta de transparência dos sistemas estaduais dificulta o monitoramento por parte da sociedade civil. Em estados como Pará e Mato Grosso é possível consultar o registro de CARs de um proprietário a partir de informações como CPF ou CNPJ da empresa. Em outros estados, a divulgação é mais restrita. A consulta da situação cadastral da propriedade só é disponibilizada ante o preenchimento do número do CAR registrado.

“As pessoas não conseguem ter acesso aos dados do CAR, o que vai contra a lei de transparência que nós temos no país. Isso dificulta o controle sobre o que está inserido nesse cadastro”, afirma o procurador do MPF.

Para Rômulo Batista, do Greenpeace, a transparência no acesso aos CARs vem diminuindo nos últimos anos. “Começou com uma ferramenta bastante transparente, principalmente nos estados do Mato Grosso e do Pará. Mas os outros estados todos foram fechando até não ter mais a informação, a não ser o nome da fazenda e o polígono da localização geográfica. O CAR foi deixando de ter transparência para escrutínio público.”

Guia de Transporte Animal (GTA): a “caixa preta” do gado brasileiro

A GTA é um documento de controle sanitário dos rebanhos. Sua emissão é obrigatória para o trânsito de animais em qualquer etapa de criação,



como recria, engorda, reprodução, exposição, leilão e abate, entre outros.

Geridas nacionalmente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e emitidas pelos órgãos estaduais de defesa agropecuária, as GTAs informam a origem e destino dos animais e são obrigatórias para acompanhar a transferência de gado entre propriedades rurais ou entre fazendas e frigoríficos.

O acesso à base de dados das GTAs é fundamental para mapear a movimentação do gado e avançar no monitoramento da pecuária. No entanto, inexistente mecanismo público que assegure a transparência às GTAs para esse tipo de rastreamento. Uma justificativa para impedir o acesso seriam os dados sensíveis presentes no documento, como informações sobre o fluxo da produção dos pecuaristas.

“Apesar dessas preocupações comerciais e sanitárias, você tem uma agenda de bloqueio da informação, de não dar transparência para isso. Há uma resistência grande das agências sanitárias em liberar essas informações”, diz Lisandro de Souza, do Imaflora.

“

**APESAR DESSAS
PREOCUPAÇÕES COMERCIAIS
E SANITÁRIAS, VOCÊ TEM
UMA AGENDA DE BLOQUEIO
DA INFORMAÇÃO, DE NÃO DAR
TRANSPARÊNCIA PARA ISSO.
HÁ UMA RESISTÊNCIA GRANDE
DAS AGÊNCIAS SANITÁRIAS EM
LIBERAR ESSAS INFORMAÇÕES**

LISANDRO DE SOUZA
do Imaflora

”

O sistema das GTAs também é suscetível a fraudes. Sem fiscalização adequada, proprietários emitem guias fictícias para mascarar a origem do gado transportado. Uma propriedade com áreas embargadas ou inserida na lista suja do trabalho escravo emite a GTA em nome de fazendas limpas, que podem ser do mesmo dono, de parentes ou amigos. Dessa forma, acobertam o transporte de animais criados na área desmatada ilegalmente.

Esse tipo de fraude ocorre muitas vezes de forma grosseira, com práticas que seriam facilmente detectáveis se houvesse transparência e escrutínio público. Um exemplo são propriedades emitem GTAs indicando entradas e saídas com número bastante alto de animais – muito além do que seria factível, dado o tamanho da fazenda e a área

disponível para pastagem. É um indicativo de que o gado transportado teve origem em outros locais.

Durante anos, uma das ideias encampadas para melhorar o monitoramento da cadeia produtiva era firmar uma parceria com o governo federal para que fazendas embargadas pelo Ibama ficassem impossibilitados de emitir GTAs. Isso poderia frear a criação de animais em áreas objeto de embargo.

Frigoríficos também já manifestaram o desejo de obter acesso completo às guias emitidas por fornecedores de gado para engorda – pecuaristas, também chamados fornecedores indiretos, que encaminham animais às fazendas responsáveis pela venda final aos abatedouros.

A ideia, apelidada de GTA Verde, partiu do grupo JBS. Segue o modelo proposto pelo Boi Guardião, programa desenhado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ainda no final de 2009, mas que nunca saiu do papel¹⁶.

Se a proposta da GTA Verde fosse implementada, afirmou a JBS em dezembro de 2020 à **Repórter Brasil**¹⁷, a empresa “passaria a solicitar que seus fornecedores diretos (terminação/engorda do gado) comprem bezerros e garrotes somente



de fazendas que não estejam envolvidas em desmatamento ilegal, ou seja, apenas de propriedades que venderam seus animais com 'GTA-Verde' e não figuram na lista pública de áreas embargadas pelo Ibama".

Pará cria plataforma para monitorar ilegalidades

Em abril de 2021, o governo do estado do Pará lançou a plataforma Selo Verde. De livre acesso por meio do número do CAR, a plataforma realiza um diagnóstico socioambiental de imóveis rurais. Também utiliza dados das GTAs para mapear a comercialização do proprietário, identificando possíveis irregularidades e contaminações por desmatamento e trabalho escravo na cadeia de fornecimento.

Restrita ao monitoramento do rebanho paraense, a plataforma Selo Verde é, até o momento, a única iniciativa do poder público no país para, de alguma forma, tentar aprimorar o controle dos fornecedores indiretos na cadeia produtiva da pecuária.

“

QUANDO DIMENSIONAMOS O TAMANHO DO PROBLEMA, VAMOS CHAMAR O SETOR PRODUTIVO E DIZER: 'NOSSO PROBLEMA É ESTE. VAMOS ESTABELECEER METAS, PRAZOS E OBJETIVOS PARA CUMPRIR, PARA RESOLVERMOS O PROBLEMA?'

MAURO O'DE ALMEIDA
secretário no Meio Ambiente no Pará

”

Um dos grandes pilares do Selo Verde é a automatização da análise do CAR. Algoritmos comparam as informações autodeclaradas pelo proprietário com as regras do Código Florestal de 2012, como os níveis de proteção da vegetação nativa e o percentual de reserva legal. O polígono da propriedade também é comparado com mapas de áreas protegidas, como Unidades de Conservação (UCs) e Terras Indígenas (TIs), para identificar eventuais sobreposições. Já imagens de satélite de programas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) identificam possíveis polígonos de desmatamento na área ao longo dos anos.

“Se for passar por todos os trâmites burocráticos da administração pública para validar cada cadastro rural, pode demorar anos, então propusemos esse sistema automático”, explica Felipe Nunes, diretor-presidente do Centro de Inteligência Artificial (CIT), associação sem fins lucrativos que desenvolveu a plataforma em parceria com pesquisadores do Laboratório de Gestão de Serviços Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A automatização da análise do CAR vem acelerando a análise dos cadastros por analistas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) do Pará. No primeiro semestre de 2021, a pasta quase ultrapassou o número de análises do CAR de todo o ano de 2020, quando foram analisados 17.562 mil cadastros.

“Apesar dessa velocidade, nós precisamos finalizar [validar]. Isso [esse número] é o que conseguimos identificar o passivo e gerar a notificação. Depois, essa notificação precisa chegar ao responsável por fazer o registro no

cadastro ambiental, precisa voltar e temos que validar”, explica Mauro O’de Almeida, secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará.

Após analisar a conformidade ambiental do imóvel rural, a plataforma Selo Verde cruza informações de fiscalizações socioambientais, como embargos ambientais do Ibama ou da própria Semas, com a lista suja do trabalho escravo.

Uma terceira camada da plataforma faz a rastreabilidade da cadeia produtiva. No caso de pecuaristas, o Selo Verde analisa as GTAs do proprietário e consegue mapear o fornecimento de gado das fazendas aos frigoríficos. “Nessa camada da rastreabilidade, nós usamos uma modelagem para identificar todas as relações comerciais e de trânsito de animais. Por isso a importância de ter acesso às GTAs completas”, explica Felipe Nunes.

Por ser usada como um instrumento de política pública, a equipe que desenvolveu a plataforma teve acesso a todas as GTAs emitidas pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará). “Mesmo assim, o Selo Verde não mostra todos os dados pessoais dos fornecedores, justamente para estar em conformidade com a legislação de proteção de dados pessoais”, acrescenta Nunes.

Ele lembra que uma plataforma semelhante ao Selo Verde foi apresentada ao MAPA, mas as negociações não avançaram. “Quando percebemos que o governo federal vinha abrindo mão do seu papel de coordenação para avançar no programa de regularização ambiental e no combate ao desmatamento relacionado a cadeias produtivas, começamos a perceber um certo protagonismo dos estados, muito em função



Trabalhadores separam peças de carne bovina no interior de um frigorífico



Atuação do Ibama que resultou em multa à JBS por comprar gado de fazendas desmatadas

dessa polarização que o Brasil vive. Nós vimos uma possibilidade de um governo estadual adotar uma plataforma com evidência e metodologias científicas para apoiar a política pública”.

Com as informações obtidas a partir do cruzamento de informações da plataforma Selo Verde, foi possível verificar que 2% dos imóveis cadastrados no CAR concentram 50% da área desmatada no Pará depois de 2008, segundo informações da Semas do Pará.

No entanto, não há fiscais da secretaria do estado lotados nos municípios que mais desmatam, como São Félix do Xingu. Em 2020, os municípios paraenses de Altamira e São Félix do Xingu

registraram a maior área desmatada do país, com 60,6 mil e 45,5 mil hectares desmatados, respectivamente¹⁸.

“Como não temos estrutura no interior para receber esses fiscais, temos que mantê-los aqui em Belém”, afirma Mauro O’de Almeida.

Os próximos passos, explica o secretário, são acelerar a validação dos CARs, finalizar o diagnóstico dos problemas mapeados pelo Selo Verde e reunir o setor produtivo. “Quando dimensionarmos o tamanho do problema, vamos chamar o setor produtivo e dizer: ‘Nosso problema é este. Vamos estabelecer metas, prazos e objetivos para cumprir, para resolvermos o problema?’”.





A CORRUPÇÃO QUE BENEFICIA O GADO ILEGAL

De um lado, frigoríficos seguem postergando o pleno cumprimento de compromissos assumidos anteriormente, como a garantia de rastreamento completo dos fornecedores diretos e indiretos. Do outro, os instrumentos e marcos legais que poderiam contribuir para a rastreabilidade são fragmentados, carecem de verificação das informações autodeclaradas e estão cada vez menos transparentes.

Há ainda uma terceira fonte de problemas. Operações policiais vêm revelando esquemas de corrupção envolvendo agentes públicos que expõem diversas fragilidades de sistemas de controle sanitários e ambientais do país. Por meio delas, é possível fraudar informações essenciais ao monitoramento da cadeia produtiva da pecuária.

Hackers cancelam embargos ambientais

Um exemplo é o da Operação Tokens, deflagrada pela Polícia Federal no Distrito Federal em setembro

de 2020¹⁹. Segundo a PF, os suspeitos de integrar o esquema falsificavam certificados digitais (*tokens*) de superintendentes, agentes e fiscais. Isso permitia acessar o sistema do Ibama e realizar ilegalmente desembargos em áreas interditas pelo órgão na região da Amazônia Legal. À época, foram constatados 122 desembargos irregulares em nome 54 pessoas físicas ou jurídicas.

Proprietários rurais no Mato Grosso e Pará seriam os beneficiados pelo esquema. Em setembro de 2020, a PF cumpriu 48 mandados de busca e apreensão em residências e empresas dos suspeitos.

Nessa lista de suspeitos está o ex-deputado federal e presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás, Sandro Mabel (MDB)²⁰. Segundo os investigadores, uma propriedade rural do empresário em Canabrava do Norte (MT) pode ter sido beneficiada pelo esquema. O ex-deputado, que também é pecuarista, nega qualquer irregularidade. Ele afirma que os

embargos ambientais são anteriores a compra da propriedade²¹.

O inquérito policial não foi concluído e a PF não divulgou novas informações sobre as investigações, como os demais produtores investigados.

Pressão política no Ibama "legaliza" áreas desmatadas

Menos de um ano após a Operação Tokens, o governo federal voltou a ser alvo de investigações relacionadas ao desembargo irregular de áreas. Outra operação da PF²² apontou que Leopoldo Butkiewicz, um assessor do então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, estaria pressionando servidores do Ibama para cancelar embargos incidentes em algumas fazendas específicas. A prática estaria ocorrendo sem que fossem respeitados os regulamentos internos básicos que norteiam esse procedimento, como a comprovação da regularização ambiental plena relacionada aos danos causados.

Foi após a intervenção de Leopoldo Butkiewicz que a Fazenda Rancho Blanco, em Querência (MT), obteve o desembargo de uma área desmatada ilegalmente. O cancelamento ocorreu em março de 2021. Então vigente desde 2008, o embargo foi originalmente motivado pelo desmatamento ilegal de 485 hectares dentro da propriedade, localizada em uma área de transição entre o Cerrado e a Amazônia.

Leopoldo Butkiewicz foi exonerado do Ministério do Meio Ambiente em junho de 2021. Ao jornal Folha de S.Paulo, o proprietário da Fazenda Rancho Blanco, Marco Aurélio Morales Blanco, afirmou não conhecer o assessor do ministério nem ter solicitado qualquer tipo de interferência no caso. Disse ainda que o desmate no local

proibido ocorreu por um erro dos empreiteiros contratados para a tarefa, e que os trâmites para a conversão da multa em compensação ambiental, bem como o desembargo da área, haviam sido devidamente cumpridos²³.

A Fazenda Rancho Blanco dedica-se à pecuária de corte. Uma investigação da Repórter Brasil publicada em 2008 mostrava que, na ocasião, ela era fornecedora da JBS. Na época ainda não existia acordos e protocolos para monitoramento da cadeia produtiva da pecuária²⁴.

Com o desembargo, que não foi afetado pelo inquérito da PF, a propriedade continua apta ao comércio de animais com frigoríficos signatários dos TACs da Carne.

Servidores estaduais criam bois fantasmas

Em âmbito estadual, novas investigações policiais revelam mais um lado da fragilidade no monitoramento da pecuária. Trata-se da participação de servidores públicos em esquemas de corrupção para mascarar o trânsito de gado de origem desconhecida por meio de adulterações das GTAs.

É o que mostra a Operação Fake Bois deflagrada pela Polícia Civil do Acre em janeiro do ano passado. A investigação apura o transporte ilegal de gado para os estados de Rondônia, Amazonas e Goiás.

Segundo as investigações, um ex-servidor do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (Idaf) do Acre alterava dados e inseria informações falsas no sistema responsável pela emissão das GTAs. Foram detectadas 135 inserções falsas desde 2018 em benefício de pecuaristas do estado²⁵.



Gado criado em área embargada pelo Ibama e flagrado pela Operação Carne Fria, em 2017



Trabalhador destriça carne bovina em frigorífico

Além do ex-servidor do Idaf, também foram presos três servidores da Secretaria da Fazenda (Sefaz) do Acre²⁶ que auxiliavam na sonegação de impostos em troca de propina. A polícia civil estima em R\$ 6 milhões a sonegação de impostos com as fraudes²⁷.

Ao menos 30 propriedades cadastradas no sistema do Idaf do Acre foram bloqueadas por suspeitas de inserções falsas no sistema das GTAs²⁸. Uma das fraudes consistia em informar que o gado transportado seria apenas engordado em outro estado, já que o imposto estadual incide apenas no rebanho a ser abatido. Os investigados também inseriam nas GTAs um número maior que o real de cabeças de gado a serem movimentadas. Assim, o produtor poderia incluir animais de outras propriedades e omitir a origem real.

Operação semelhante foi deflagrada pela Polícia Civil de Rondônia em abril de 2021. A Operação Boi Fantasma cumpriu sete mandados de busca

e apreensão contra suspeitos de participar de um esquema que simulava a movimentação de animais. A dinâmica era parecida à verificada no Acre: infratores estariam inserindo dados falsos no sistema de GTAs para movimentar gado de origem desconhecida.

De acordo com informações preliminares divulgadas tanto em Rondônia como no Acre, as inserções falsas têm motivações financeiras e tributárias. Suspeita-se que estejam ligadas a esquemas para sonegar impostos e lavar dinheiro.

Até o momento, não há evidência de que burlar o monitoramento socioambiental dos frigoríficos também foi um objetivo dos envolvidos nas fraudes. Procuradas pela **Repórter Brasil**, as polícias civis do Acre e de Rondônia não se manifestaram. De qualquer forma, o *modus operandi* revelado mostra que a fragilidade dos sistemas de emissão e controle das GTAs também pode ser explorada para esse fim.



AS NOVAS PROMESSAS DOS FRIGORÍFICOS

Pressionados por investidores, consumidores e autoridades, os três grandes frigoríficos brasileiros divulgaram recentemente novas metas para rastrear os fornecedores indiretos em suas redes de negócio.

A JBS, líder mundial na produção de proteínas animais, divulga o plano de alcançar desmatamento ilegal zero em sua cadeia produtiva até 2025²⁹. O objetivo abrange todos os biomas brasileiros onde a companhia opera. Segundo a empresa, será alcançado por meio de uma plataforma de rastreabilidade inovadora, baseada no uso de tecnologia *blockchain*.

A plataforma Pecuária Transparente³⁰ baseia-se na adesão voluntária de pecuaristas. A ideia é permitir que os fornecedores diretos da empresa insiram dados sobre seus próprios fornecedores de gado para engorda. Dessa forma, diz a JBS, eles mesmos podem avaliar se esses pecuaristas estão cumprindo os critérios de sustentabilidade

da multinacional. Segundo a companhia, todos os fornecedores de bovinos da JBS deverão aderir ao programa até o fim de 2025.

No caso da Marfrig, o prazo para ter uma cadeia livre de desmatamento na Amazônia é 2025, enquanto no Cerrado é 2030³¹. A empresa enfatiza estar desenvolvendo ações para mitigar riscos e também diz que desenvolverá uma solução de monitoramento para os fornecedores indiretos. No final de 2021, 1.397 fazendas fornecedoras diretas haviam cadastrado seus indiretos³² no Conecta³³, sistema baseado em princípios semelhantes aos da plataforma *blockchain* da JBS.

A Minerva divulga compromisso de eliminar o desmatamento associado às suas atividades em toda a América do Sul até 2030. A empresa realiza testes como o Visipecc³⁴. Desenvolvida pela Universidade de Wisconsin e National Wildlife Federation (NWF), a ferramenta permite avaliar riscos relacionados às fazendas de

abastecimento indireto. Mas os dados utilizados possuem limitações geográficas e temporais para o monitoramento em tempo real e o bloqueio de compras.

Por trás das palavras grandiosas, há enormes brechas nos planos anunciados pelos frigoríficos até o momento. Além de um alcance limitado em relação à escala da cadeia produtiva, eles são baseados no uso dos mesmos documentos passíveis de fraudes para o monitoramento dos fornecedores diretos, como CARs e GTAs.

Outro problema são os critérios antidesmatamento inicialmente propostos, muito mais permissivos para os indiretos do que aqueles em vigor para os fornecedores diretos. Além disso, a adesão a sistemas de verificação voluntária esbarra em resistências dos fazendeiros.

Rastreabilidade permanecerá parcial

A cadeia de fornecimento de gado no Brasil é complexa, com milhares de pecuaristas espalhados por muitas regiões. Ao longo de sua vida, um animal pode ser transportado de uma fazenda para outra várias vezes. Significa que os frigoríficos não possuem, necessariamente, só um fornecedor indireto para cada boi adquirido. Em muitos casos, são múltiplas as áreas de pastagem visitadas por um animal antes do abate.

Mesmo assim, o sistema em implementação pela JBS limita seu controle a apenas um primeiro elo intermediário – os fornecedores dos

fornecedores diretos, no jargão da empresa. O controle dos fornecedores indiretos de nível 2, que, segundo alguns cálculos, representariam até 11% do desmatamento causado pela abertura de pastos³⁵, sequer é mencionado nos planos da multinacional. Também não há clareza sobre como Marfrig e Minerva fariam para alcançar estágios mais distantes da cadeia produtiva.

Outra fragilidade diz respeito aos critérios antidesmatamento e ao marco temporal que os frigoríficos pretendem aplicar aos demais elos da rede de fornecedores.

JBS e Minerva informam a adesão a um conjunto de princípios proposto pelo Grupo de Trabalho dos Fornecedores Indiretos (GTFI) – fórum multisetorial que congrega dezenas de *stakeholders* da cadeia produtiva da carne bovina no Brasil. Ele prevê o uso do ano de 2019 como data de corte para monitorar o desmatamento nas fazendas que fornecem indiretamente aos frigoríficos. Para seus fornecedores diretos, JBS, Marfrig e Minerva adotam publicamente compromissos de desmatamento zero na Amazônia que retroagem até 2009.

Importante ressaltar que a promessa das empresas de acabar com o desmatamento em suas cadeias não é nova. Feita pela primeira vez em 2009, previa monitorar os fornecedores indiretos até 2011, o que nunca foi cumprido.

O GTFI também defende maior flexibilidade inicial na aplicação de restrições comerciais. Isso



significaria permitir a cada fornecedor direto um indireto com desmatamento por ano. Na avaliação do GTFI, uma abordagem de tolerância zero seria “inviável e injusta” com as partes interessadas³⁶.

Pecuaristas resistem em aderir

Um dos pilares dos sistemas de verificação que estão sendo implantados pelos frigoríficos é a colaboração dos fornecedores diretos, que devem apresentar de forma voluntária informações sobre a origem do gado por eles adquirido. No entanto, a ideia de oferecer informações sobre seus rebanhos e fornecedores aos sistemas das três gigantes da carne brasileira é vista com desconfiança.

“A esmagadora maioria se nega a oferecer esses dados. É o mesmo que pedir o volume de dinheiro que cada um tem em conta”, afirma o zootecnista Guilherme Minssen, da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (Faepa), em entrevista à **Repórter Brasil**. Para ele, os produtores temem entregar as informações de seus fornecedores e receberem, em troca, piores preços por seus animais. “Quando existe maior oferta, os frigoríficos pressionam o preço para baixo”, afirma.

Ouvido pela **Repórter Brasil** em abril de 2022, Hélio Dias de Souza, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia (Feparon), informou que 70% dos fornecedores não aderiram ao monitoramento voluntário em seu estado. Rondônia tem o terceiro rebanho mais numeroso da Amazônia.

O receio chega até o Mato Grosso, estado com o maior rebanho bovino no país. Amarildo Merotti, pecuarista há mais de 30 anos na região de Cáceres, é um dos fornecedores da JBS e aparece elogiando a atuação da empresa em um vídeo

institucional publicado na página da plataforma Pecuária Transparente. Mas admite que ainda não cadastrou seus fornecedores na plataforma: “Os procedimentos ainda não estão claros”, justifica, em entrevista à **Repórter Brasil**³⁷.

“

**A ESMAGADORA MAIORIA
[DOS PECUARISTAS] SE NEGA
A OFERECER ESSES DADOS.
É O MESMO QUE PEDIR O VOLUME
DE DINHEIRO QUE CADA
UM TEM EM CONTA**

GUILHERME MINSSEN
zootecnista da Federação
da Agricultura e Pecuária do Pará

”

Apesar da desconfiança, criadores de gado da Amazônia não acreditam na possibilidade de exclusão dos fornecedores que compram de fazendas irregulares – indicando que as empresas vão precisar investir em maior conscientização. “Essa exigência de monitoramento vem de fora, forçada por uma narrativa ambiental. Mas, na prática, se faltar carne no mercado, eles compram de qualquer um”, afirma Minssen, da Faep.

Monitoramento segue vulnerável à “lavagem do gado”

Além dos problemas de escala, critérios e adesão, os sistemas de verificação dos indiretos também esbarram na confiabilidade dos dados fundiários, da fiscalização ambiental e de origem dos animais utilizados para verificar a cadeia produtiva.

“

O QUE FAZ A JBS ACREDITAR QUE OS PRODUTORES ESTÃO LISTANDO TODOS OS SEUS FORNECEDORES INDIRETOS? O FAZENDEIRO NÃO VAI REPORTAR UM PROBLEMA QUE PODE TIRAR ELE DO MERCADO

RITAUMARIA PEREIRA
diretora-executiva do Imazon

”

Assim como já ocorre para os fornecedores diretos, o monitoramento proposto funciona a partir da consulta a documentos públicos emitidos pelos próprios fazendeiros, principalmente as GTAs e os CARs. Eles raramente são verificados com afinco pelas autoridades. Conforme exposto neste relatório, possuem diversas limitações na garantia da veracidade das informações apresentadas.

Eventuais omissões nos dados acessados pelos frigoríficos também são um potencial obstáculo ao monitoramento. Um pecuarista que compra gado de diversas fazendas pode fazer uma triagem prévia e informar aos abatedouros apenas os fornecedores indiretos sem problemas aparentes.

“O que faz a JBS acreditar que os produtores estão listando todos os seus fornecedores indiretos? O fazendeiro não vai reportar um problema que pode tirar ele do mercado”, afirma Ritaumaria Pereira, diretora-executiva do Imazon.

Em face desse problema, a resposta do frigorífico foi anunciar uma parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que faria esta verificação quando autorizada pelo produtor. A entidade é uma espécie de sindicato nacional dos pecuaristas, que defende os interesses dos fazendeiros, e se negou a responder perguntas feitas pela **Repórter Brasil** sobre como isso será feito e quais suas garantias de confiabilidade.



Gado em fazenda do Pantanal do Mato Grosso



HORIZONTE NEBULOSO

Nos últimos dez anos houve um crescimento vertiginoso do desmatamento na Amazônia Legal, tendência oposta à queda do desmate registrada na década anterior³⁸. Somente em 2021, a destruição da floresta Amazônica chegou a 10 mil km² no Brasil. O ritmo da devastação quase que quadruplicou em quatro anos³⁹.

Vários fatores contribuem para esta tendência, incluindo o afrouxamento de leis e normas de proteção ambiental, a significativa diminuição da fiscalização, o descontrole fundiário e a impunidade aos infratores. Independentemente do resultado da próxima eleição presidencial, é certo que permanecerão fortes as forças políticas e legislativas que contribuem para este *status quo*.

A última década também revelou as enormes fragilidades dos pactos corporativos para controlar cadeias produtivas em áreas de fronteira agrícola – especialmente na pecuária. O monitoramento dos frigoríficos é incapaz de identificar desmatamento

em fornecedores indiretos. E segue com limitações para coibir a “lavagem do gado”.

Há razões para ceticismo frente aos anúncios recentes das indústrias, que preveem implantação de novas plataformas de rastreabilidade baseadas na adesão voluntária de pecuaristas.

Nesse contexto, organizações da sociedade civil defendem a necessidade de avançar na transparência dos dados públicos – especialmente os CARs e as GTAs – utilizados atualmente para monitorar a cadeia produtiva. A consulta em plataformas de fácil acesso tem potencial para dar visibilidade aos fornecedores indiretos e ajudaria a inibir fraudes por meio do maior controle social da atividade.

O governo federal e diversos governos estaduais, porém, tratam as GTAs como documentos sigilosos, embora desde 2015 o MPF recomende acesso público. O órgão já chegou a ingressar com

uma ação judicial para obrigar a publicação das guias de trânsito dos animais, mas sem resultados até o momento. “Os governos dizem que é proibido mostrar as informações dos bois; enquanto isso, a Amazônia vai sendo devastada”, afirma Ricardo Negrini, procurador do MPF do Pará.

“Se [o setor] continuar monitorando [a cadeia produtiva] do jeito que está [com base nas GTAs], esses dados devem estar completamente públicos para ser possível analisar a origem dos animais desde o nascimento”, frisa Ritaumaria Pereira, do Imazon.

PRECISAMOS DE UM SISTEMA AMPLO, TRANSPARENTE, QUE CRUZE DADOS PÚBLICOS JÁ EXISTENTES. NÓS NÃO PRECISAMOS CRIAR OUTROS MECANISMOS. COM O QUE NÓS JÁ TEMOS, DE MANEIRA INTEGRADA E TRANSPARENTE, UTILIZANDO BOAS TÉCNICAS E CIÊNCIA, CONSEGUIMOS MAPEAR E MONITORAR A PECUÁRIA BRASILEIRA

FELIPE NUNES
diretor-presidente do Centro
de Inteligência Artificial (CIT)

Para ela, é possível compartilhar as informações necessárias para rastreamento da produção sem expor dados estratégicos de pecuaristas. “Não estamos pedindo informações pessoais das fazendas, como lucratividade. O que queremos saber é a origem do gado. De onde veio, por onde passou qual a relação dele com o desmatamento”.

Uma alternativa segura para controlar a origem dos bois seria rastrear animais individualmente com chips, de forma semelhante à já realizada em outros países. Mas a adoção da tecnologia ainda é tratada como uma possibilidade distante por representantes da indústria e observadores da sociedade civil.

Em 2021, um projeto de lei federal chegou a ser proposto na Câmara dos Deputados para exigir o uso de identificação eletrônica em animais criados em pastagens. Mas a proposta já foi arquivada. Representantes da bancada ruralista no Congresso argumentaram pela retirada da proposta, tachada como prejudicial à pecuária brasileira por aumentar os custos de produção da atividade⁴⁰.

“Se realmente queremos resolver o problema de maneira definitiva, afirmar para o mercado internacional que o mercado brasileiro não tem participação no desmatamento ou em outros crimes ambientais, precisamos usar tecnologia. [O animal] tem que ter o brinco, colar. São tecnologias que não são caras. É só uma questão de gestão e decisão política.”, afirma Ritaumaria.

Enquanto a rastreabilidade individual permanece distante, Felipe Nunes, diretor-presidente do Centro de Inteligência Artificial (CIT), avalia que o Brasil já possui tecnologias e informações para um melhor monitoramento da cadeia produtiva da pecuária. “Precisamos de um sistema amplo, transparente, que cruze dados públicos já existentes. Nós não precisamos criar outros mecanismos. Com o que nós já temos, de maneira integrada e transparente, utilizando boas técnicas e ciência, conseguimos mapear e monitorar a pecuária brasileira”. ■

ANEXO

**Íntegra dos
esclarecimentos**

JBS

Em 25/02/2022

A JBS não tolera desmatamento ilegal, trabalho forçado, uso indevido de terras indígenas, unidades de conservação ou violação de embargos ambientais. A Companhia mantém, há mais de 10 anos, um sistema para monitorar seus fornecedores em todos os biomas. Esse sistema garante o pleno cumprimento da Política de Aquisição Responsável de Matéria-Prima da Companhia e da Política de Monitoramento de Fornecedores de Gado do Ministério Público Federal (Boi na Linha).

Agora a Plataforma Pecuária Transparente permite o monitoramento de etapas anteriores dos fornecedores diretos de bovinos JBS a partir das informações inseridas por esses produtores na ferramenta que usa tecnologia blockchain, que garante a confidencialidade das informações. A JBS não terá acesso aos dados. Os próprios fornecedores diretos da JBS é que fazem a gestão de seus fornecedores, utilizando os mesmos critérios socioambientais da Companhia.

Até 2025, todos os fornecedores da JBS estarão obrigatoriamente integrados a essa plataforma para prosseguir com negócios com a Companhia. A adesão à Plataforma Pecuária Transparente tem sido positiva e com rápido avanço. Fechou 2021 com um total de animais inscritos correspondente a 14,8% do total processado em 2020. A meta era de 14%.

A plataforma passará por auditoria de terceira parte. Além disso, reuniões com grupos setoriais, como o GTPS e o GTFI, e organizações do terceiro setor vêm sendo promovidas para mostrar o trabalho desenvolvido com toda a transparência. A JBS está empenhada em engajar toda a cadeia produtiva a avançar na rastreabilidade, independentemente do modelo adotado. Que seus fornecedores diretos mostrem a seus fornecedores de gado magro as vantagens do monitoramento para todos. Desse esforço também participam parceiros da indústria, como fornecedores de insumos e equipamentos.

Na identificação de alguma não conformidade nos outros elos, os fornecedores são notificados, e a JBS oferece apoio, por meio de seus 15 Escritórios Verdes, para que os fazendeiros com não conformidade, que não vendem gado diretamente para a JBS, mas que negociam com os fornecedores da empresa, tomem medidas para eliminar os problemas e possam produzir de acordo com os critérios socioambientais da Companhia.

Quanto aos sistemas disponíveis, a JBS mantém avaliação constante de todas as alternativas. A opção de um sistema próprio com a segurança oferecida pela tecnologia blockchain visa justamente propiciar uma plataforma que possa ser utilizada por todo o setor, incluindo outras indústrias.

Em 11/03/2022

A Plataforma Pecuária Transparente pede que seus fornecedores informem dados simples de seus fornecedores: nome, CPF/CNPJ, nome da fazenda, município e dados do CAR. Essas informações são enviadas a empresas prestadoras de serviços, especializadas em geomonitoramento, que analisam os dados requisitados pelos protocolos setoriais, como o Boi na Linha. Todo o fluxo de informações na Plataforma é protegido pelo blockchain, que garante a confidencialidade dos dados.

O fornecedor direto da JBS recebe a avaliação, no detalhe, de seus fornecedores de bezerros ou gado magro. Nela as não conformidades são indicadas. Em nenhum momento a JBS é informada. Nesse momento, se o fornecedor do fornecedor da JBS desejar, ele pode recorrer ao apoio dos Escritórios Verdes, instalados em 15 unidades da empresa em todo o país, para o aprimoramento de sua propriedade em linha com os critérios da compra responsável de matéria-prima da Companhia.

Esse período de transição se estenderá até 2025. A partir de 2026 somente farão negócios com a JBS produtores participantes da Plataforma Pecuária Transparente, que desde seu início de operação está aberta à adesão de outras indústrias e empresas interessadas, como as de insumos e equipamentos agropecuários, que ofereçam a seus clientes uma oportunidade de aprimorar a rastreabilidade das propriedades. Os dados permanecem sigilosos.

O número atual de fornecedores diretos da JBS é de 80 mil propriedades, monitoradas diariamente. Importante ressaltar que a JBS não tem estimativa sobre o número de fornecedores de seus fornecedores. A JBS está empenhada em engajar toda a cadeia produtiva a avançar na rastreabilidade. Que seus fornecedores diretos incentivem seus fornecedores de gado magro a também perceber a vantagem do monitoramento para todos. Em 2018, o IBGE apontou em 2,5 milhões o número de propriedades rurais com bovinos no país.

Marfrig

Em 24/02/2022

1) O sistema de monitoramento de fornecedores diretos se baseia em cadastros públicos de trânsito de animais e fundiários sujeitos a fraudes e sem sistemas efetivos para validação, notadamente as Guias de Trânsito Animal (GTA) e o Cadastro Ambiental Rural (CAR). O monitoramento de fornecedores indiretos também vai se basear nas informações do CAR e GTAs nos moldes do que ocorre com os fornecedores diretos? Se sim, de que forma o novo sistema poderá prevenir declarações fraudulentas e lavagem de gado? Se não, qual é a nova metodologia que poderá superar as lacunas de validação do CAR e das GTAs?

R: Antes de entrar na questão do monitoramento de fornecedores, é fundamental entender o contexto da agropecuária no Brasil, formada por um contingente de cinco milhões de produtores rurais, sendo que metade deles se dedica à pecuária de corte, de acordo com o Censo Agro 2017. Importante frisar também que a pecuária é heterogênea, com diferentes níveis de tecnologia e acesso a recursos. Trata-se, assim, de uma pecuária não verticalizada, cujo mercado é spot, sem contratos fechados de fornecimento com os frigoríficos – o que existe é a emissão de uma documentação quando se faz o negócio.

A primeira etapa (cria do gado) é mais crítica porque está ligada diretamente ao fornecimento indireto – a fase requer uma série de ações que vão muito além do controle. Segundo o Censo 2017, mais de 50% dos produtores brasileiros são de pequeno porte e 77% praticam agricultura familiar, sem acesso a recursos financeiros, fundamentais para uma pecuária com os melhores preceitos de produção e sustentabilidade.

Não existe hoje no Brasil uma política pública que direcione a rastreabilidade desde a origem até a última fase da pecuária e, conseqüentemente, adoção de instrumento para o rastreamento. O que se tem são: a Guia de Trânsito Animal (GTA), que tem finalidade exclusivamente sanitária, mas que pode ajudar a identificar lotes de animais, e o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que é declaratório e tem progredido, mas sabemos que há desafios para validação individual desse instrumento. Trata-se dos únicos instrumentos disponíveis para levantar perímetros de fazendas ao longo das cadeias de fornecimento.

Estes procedimentos estão sujeitos a fraudes como qualquer outro negócio e é preciso recorrer a mitigadores de riscos para diminuir possibilidades de ocorrência. Os mitigadores adotados pela Marfrig são:

Mapa de mitigação de risco. Desenvolvida com o Agroicone, a ferramenta faz amplo levantamento da distribuição da pecuária no território brasileiro, a partir de informações oficiais e do desenvolvimento de algoritmos classificando as regiões (especialmente a Amazônia) dentro de uma gradação (que vai de muito alto risco até muito baixo risco). A avaliação de risco vem do cruzamento de dados de transações de animais (fornecimentos direto e indireto). Com o mapeamento da distribuição das fazendas no território nos biomas, cruzamos com mapas de desmatamento e realizamos a classificação. Isso é fundamental porque localiza áreas (de fornecimento) em regiões risco alto ou muito alto – e a Marfrig é mais assertiva nas ações de controle.

Visipec. Apresenta uma base de dados grande, permitindo que, dentro do sistema de geomonitoramento, seja um verificador adicional para que possamos ter mais controle sobre fornecedores diretos e indiretos.

Índice de produtividade. Faz parte do protocolo de monitoramento e fornecimento de gado da Amazônia estabelecido pelo MPF, que avalia a compatibilidade entre quantidade de animais lotados em uma área, se é condizente com o índice, determinando pontos de atenção, alerta e verificação.

A Marfrig tem procurado assegurar a verificação dos CARs relacionados à cadeia e fortalecer o sistema de GTAs para superar o grande desafio que é monitorar a cadeia.

Portanto, para promover a mudança são necessárias decisões setoriais, sendo que a indústria está absolutamente engajada, desenvolvendo também ações com o setor público para políticas públicas e participação da sociedade civil.

Algumas iniciativas foram testadas e a Marfrig acredita que este é o caminho para o sistema oficial de rastreabilidade. Enquanto o mesmo não se concretiza, a Marfrig vem implementando as melhores práticas disponíveis no Brasil e também adota metodologias e instrumentos próprios para identificação do fornecimento indireto e rastreamento da cadeia.

2) De que forma existirá transparência para a sociedade civil monitorar o funcionamento do monitoramento e o avanço na rastreabilidade da cadeia?

R: A Marfrig divulga, anualmente, relatórios que indicam os avanços no monitoramento de fornecedores diretos e indiretos em sua cadeia de produção. Além disso, no site da companhia é possível acompanhar a evolução do Plano Marfrig Verde+ e a prestação de contas. O programa prevê também a verificação independente como parte do processo de melhoria contínua e transparência junto aos stakeholders.

3) A sociedade civil terá acesso às informações sobre os fornecedores indiretos da mesma forma que a empresa disponibiliza em seu site as informações sobre os fornecedores diretos?

R: Sim. Transparência é um dos pilares do Plano Marfrig Verde+.

4) A Marfrig considerou a viabilidade da rastreabilidade individual por meio da exigência do uso de chips eletrônicos ou brincos de identificação nos animais de seus fornecedores, por exemplo? Se sim, por que não foi implementado? Se não, por que?

R: Sim, o rebanho brasileiro é composto por 200 milhões de cabeças de gado e faz parte de um mercado complexo e não homogêneo, não vertical, spot. E a viabilização de identificação individual precisa ocorrer a partir de políticas públicas que estabelecem a prática como um processo aplicado para os produtores, em toda a cadeia. Enquanto isso não acontece, a Marfrig vem usando o que há de melhor em termos de tecnologia e processos com apoio de entidades da sociedade civil, acadêmicos e empresas de inteligência territorial para construir sistemas robustos e confiáveis, que façam uso de instrumentos oficiais e disponíveis para o controle da cadeia de fornecimento.

5) Quantos produtores já se cadastraram no CONECTA? Quantos fornecedores já foram cadastrados pelos produtores? Qual é a porcentagem em relação ao universo total de fornecedores indiretos da Marfrig?

R: Na plataforma de controle de fornecedores indiretos da Marfrig, da qual faz parte o sistema Conecta (lançado em agosto de 2021), há 2.210 fazendas do bioma Amazônia cadastradas (o que representa 100% das fazendas que forneceram animais para a Marfrig em 2021). Dessas 2.210 fazendas, 1.397 já informaram seus fornecedores indiretos (63% do total). Os dados são os mais recentes (2021).

Em 03/05/2022

Em 2009, a Marfrig assinou um compromisso público com a Amazônia - coordenado pelo Greenpeace - no qual se comprometeu a não adquirir animais provenientes de áreas de desmatamento, terras indígenas, unidades de conservação, áreas embargadas pelo Ibama e fazendas com condições de trabalho análogas à escravidão.

Em 2010, a Marfrig implantou um sistema de geomonitoramento via satélite que rastreia 30 milhões de hectares, uma área maior que o Estado de São Paulo. Ao longo dos anos, esse sistema vem se aprimorando e, desde 2020, com o Plano Marfrig Verde+, atinge com mais efetividade na cadeia produtiva como um todo, incluindo produtores indiretos.

Ainda em 2010, a Marfrig assinou o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da pecuária junto ao Ministério Público Federal em Mato Grosso, envolvendo toda a Amazônia Legal e que abrange os mesmos critérios preconizados no compromisso público da Amazônia, assinado em 2009.

Portanto, tanto o TAC quanto o compromisso da Marfrig fazem com que a política de compra da empresa seja replicada para todos os estados localizados na Amazônia Legal, o que inclui Rondônia e as demais áreas cobertas no bioma Amazônia.

Além dessas ações em curso ao longo de mais de uma década, a Marfrig participou ativamente do desenvolvimento do Protocolo de Monitoramento de Fornecedores de Gado na Amazônia, liderado pelo Ministério Público Federal e coordenado pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - Imaflo. Esse protocolo incorpora todos os critérios e requisitos do TAC da Amazônia, além de outros aspectos fundamentais que englobam a manutenção da biodiversidade dessa região. Dessa forma, a Marfrig atende em sua política de compra todos estes requisitos citados acima, cujo principal aspecto a ser ressaltado é o desmatamento zero.

Desde a implantação do sistema de monitoramento da Marfrig, 100% de seus fornecedores diretos são monitorados e, com o advento do Plano Marfrig Verde +, a companhia expandiu o rastreamento para fornecedores indiretos, atingindo 63% de monitoramento dos fornecedores indiretos na Amazônia. Vale ressaltar ainda que a companhia tem o compromisso de monitorar 100% da cadeia de produtores indiretos no bioma Amazônia até 2025.

Por fim, a Marfrig esclarece que a unidade de Ji-Paraná, em Rondônia, encerrou suas atividades em setembro de 2021.

Minerva

Em 22/02/2022

A Minerva Foods lidera iniciativas para combater o desmatamento ilegal e as mudanças climáticas relacionadas à conversão de terras na América do Sul. Nos últimos 10 anos, a Companhia vem adotando iniciativas para uma produção cada vez mais sustentável em toda a cadeia de valor. Em 2021, a Companhia anunciou o lançamento de sua nova estratégia de Sustentabilidade, com o compromisso de ser Carbono Neutro, alcançando emissões líquidas zero, até 2035 – 15 anos antes do previsto no Acordo de Paris.

Como parte desta estratégia, a Minerva Foods se tornou a primeira e única empresa do setor a utilizar sistemas de informações geográficas em todas as regiões do Brasil e do Paraguai, sendo pioneira no monitoramento de fornecedores nas regiões do Cerrado, Amazônia, Pantanal, Mata Atlântica e Chaco Paraguai, e na avaliação de riscos indiretos por meio do uso de ferramentas tecnológicas.

No Brasil, 100% das compras realizadas pela Minerva Foods são monitoradas em todas as regiões de atuação, por meio de mapas georreferenciados de fornecedores diretos, garantindo o cumprimento de rígidos critérios socioambientais por parte dos fornecedores.

Hoje, mais de 19 mil produtores em todo o País estão cadastrados na plataforma de monitoramento da Companhia, em todas as regiões de operação: Amazônia, Cerrado, Pantanal e Mata Atlântica. Ao todo, são mais de 14 milhões de hectares monitorados de maneira privada no Brasil.

A Minerva Foods é, ainda, a primeira e única empresa a monitorar também as operações no Paraguai e conta com mais de 3 mil produtores cadastrados em uma área de cerca de 12 milhões de hectares.

Somadas as operações no Brasil e Paraguai, são mais de 26 milhões de hectares monitorados geograficamente, uma área equivalente ao território do Reino Unido.

Além da excelência no trabalho com fornecedores diretos, a Minerva Foods é a primeira Companhia do setor a avançar e tomar medidas para avaliar a cadeia de fornecedores indiretos. Em 2020, a empresa iniciou os testes com a utilização do Visipec, ferramenta desenvolvida para auxiliar na avaliação de riscos relacionados às fazendas de abastecimento indireto na Amazônia.

Produto de uma joint venture, o Visipec, foi desenvolvido pela Universidade de Wisconsin em parceria com a National Wildlife Federation (NWF). Os resultados dos testes demonstram uma conformidade de 99,7%. Os testes foram realizados analisando 2.833 fornecedores indiretos e 1.740 fornecedores diretos, uma relação total de 1,6 fornecedores indiretos para cada fornecedor direto da operação.

A Minerva Foods ainda se tornou a primeira empresa do setor a integrar a tecnologia Visipec ao seu sistema de monitoramento geográfico para a Amazônia, que proporciona uma avaliação de riscos relacionados às fazendas fornecedoras indiretas ainda mais efetiva.

A cada trimestre, a Minerva Foods publica as informações a respeito dos avanços na frente de ESG, para investidores e acionistas. No site da Companhia (<https://www.minervafoods.com/sustentabilidade/>), são disponibilizados estes mesmos dados, incluindo os resultados da ferramenta Visipec na análise de indiretos, para consulta pública de toda a sociedade civil.

Com o entendimento de que os esforços para fortalecer a rastreabilidade na cadeia devem ser coletivos, a Companhia lançou o primeiro aplicativo móvel voltado para produtores rurais que permite o monitoramento de seus fornecedores. O SMGeo Prospec foi desenvolvido em parceria com a Niceplanet Geotecnologia, possibilitando análises socioambientais para toda a cadeia produtiva do agronegócio.

O objetivo do SMGeo Prospec é fornecer ao produtor rural em todo Brasil a mesma plataforma de consulta de conformidade socioambiental que a Minerva Foods utiliza em suas operações e que garante os melhores resultados na auditoria do MPF entre as grandes empresas.

Desta maneira, o aplicativo permite que o produtor verifique a conformidade de sua própria compra durante a prospecção dos animais. Com ele, antes de efetuar uma compra de reposição de animais, os produtores podem checar a conformidade socioambiental utilizando dados públicos do CAR. Essa metodologia baseada na transferência de tecnologia ao produtor não se limita à compra de gado e pode ser utilizada para qualquer relação comercial com outros produtores e fazendas, incentivando o comércio em conformidade com as legislações vigentes.

Uma das formas de melhorar a rastreabilidade dos animais é por meio da utilização das Guias de Trânsito Animal (GTAs), de responsabilidade do Serviço de Inspeção Federal (SIF), presente em todas as unidades da Minerva Foods. Porém, para ser eficaz na rastreabilidade animal, é inerente que as indústrias tenham acesso às GTAs, o que atualmente não ocorre.

Atualmente, não há uma ferramenta disponível que possa mitigar por completo os riscos sobre prevenção de lavagem de gado e fraudes, por exemplo. Somente com uma ação conjunta entre governo, produtores, processadores, distribuidores, redes varejistas e sociedade civil, será possível endereçar o desafio de rastreabilidade individual de animais, o que sanaria qualquer movimentação dentro do território nacional.

Ainda assim, a Minerva Foods obteve os melhores resultados entre as empresas líderes do setor na última auditoria do Ministério Público Federal do Pará (MPF-PA). Esta auditoria é a única verificação de terceira parte da cadeia com a supervisão do MPF, sendo a principal e mais confiável avaliação do controle de desmatamento na Amazônia por parte dos frigoríficos. O verdadeiro compromisso da indústria da carne bovina.



EMPRESAS	Auditoria 2018	Auditoria 2019	Auditoria 2020
	Non-compliances (%)	Non-compliances (%)	Non-compliances (%)
BR (Total)	19,10	8,30	31,99
Matadouro Maranhão	43,09	12,10	31,12
Frigorífico Alanca	69,90	36,23	24,82
Fantafrijo	8,40	15,27	18,67
Frigorífico Sempato	--	30,82	15,21
Frigor (Total)	17,39	18,72	4,12
Matadouro - Ativa Alimentos	0,32	0,00	0,74
Ativa Consultoria Agropecuária	--	--	0,68
Algunsas Comércio	0,00	0,06	0,67
Minerva (Total)	0,30	0,22	0,01
Minerva	0,00	0,26	0,00
Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Frigorífico Rio Maria	0,00	0,02	0,00
Castro	0,00	3,50	0,00
Montes	31,00	3,72	0,00
M.L. Neves - Comércio Ideal	--	--	14,37
Frigorífico Alanca	72,00	17,62	--
M.R. Sousa Junior	38,26	1,80	--
S.E. Ribeiro Soares	26,17	25,25	--
SOCIPA - Cooperativa de Ind. Pecuária do Pará	11,90	--	--
Medani do Brasil Agropecuária	0,50	--	--
Escola de Negócios ERP	44,04	78,74	--
BR Comércio de Carnes	9,65	--	--
Castro	0,22	--	--
Frigorífico Santa Cruz (Marabá)	7,21	--	--
Frigorífico - Comércio de Sal	19,89	1,93	--

Fonte: Ministério Público Federal

Todos os resultados são públicos e mais informações podem ser encontradas no link abaixo:

http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2021/apresentacao_auditorias_cadeia_pecuaria_pa_07-10-2021.pdf

Entendemos que a sustentabilidade do nosso negócio depende da manutenção dos ecossistemas que sustentam a produção agrícola. Nosso foco está na ação para prevenir os piores efeitos das mudanças climáticas, ao mesmo tempo que apoiamos os agricultores na implementação de práticas que sequestram e estocam carbono, protegem a biodiversidade, e aumentam a resiliência. No centro deste ideal, está nossa responsabilidade perante o futuro sustentável do sistema alimentar, contribuindo para um planeta saudável e comunidades prósperas. Neste sentido, a Minerva Foods é a única empresa do setor atualmente financiada pela International Finance Corporation, do Grupo Banco Mundial, que, desde o seu investimento na Companhia, tem apoiado seu compromisso com a sustentabilidade e sua liderança na gestão das questões socioambientais em sua cadeia produtiva.

A Companhia também criou um ambicioso programa de baixa emissão de carbono, o Renove. A iniciativa mede e monitora o balanço de carbono nas propriedades agrícolas de seus parceiros na América do Sul, envolvendo os produtores e colaborando para a implementação das melhores práticas produtivas com foco na pecuária de baixo carbono.

Durante a COP26, a Minerva Foods, junto com o Imaflora, anunciou sua parceria no Carbon On Track, programa desenvolvido para medir o balanço de carbono em fazendas da América do Sul - que usa os dados do programa Renove da Minerva Foods para seus resultados. Como parceira pioneira no setor de pecuária, a Minerva Foods convidou 25 fornecedores do Brasil, Argentina, Colômbia, Paraguai e Uruguai para participar do programa piloto. Isso envolveu mais de 232.000 cabeças de gado e 185.000 hectares de pastagem calculada, cobrindo cinco biomas diferentes: Amazônia, Pantanal, Cerrado, Pampa e Chaco. Os resultados iniciais apontaram que os parceiros da Companhia, analisados nesta iniciativa, já emitem 44% menos gases de efeito estufa (GEE) quando comparados à taxa média mundial de emissões na produção de carne bovina, estimada em 19,9 tCO₂e/ por tonelada de carne bovina produzida (obtida a partir de uma comparação de 30 artigos de pesquisa). Mais informações podem ser encontradas em <https://carbonontrack.imaflora.org/>.

Além das iniciativas do trabalho tático com foco no monitoramento de cadeia, combate ao desmatamento ilegal e redução de emissões GEE na atmosfera, a Minerva Foods ainda se tornou signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), o maior movimento de sustentabilidade do planeta, composto por iniciativas de política estratégica para empresas comprometidas a se enquadrar nos princípios globais de direitos humanos, ética e transparência, além de apoiar o setor empresarial para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU até 2030.

O movimento faz parte da estratégia de Sustentabilidade da Companhia e reforça o trabalho realizado nos últimos anos com foco no fomento da Sustentabilidade em todos os elos da cadeia. Com essa assinatura, a Minerva Foods passa a fazer parte da maior rede internacional de líderes empresariais e assume o compromisso de incorporar os dez princípios do Pacto Global às suas estratégias, a fim de promover uma gestão ainda mais sustentável.

A Companhia ainda passou a integrar as carteiras do Índice Carbono Eficiente (IC02) e Índice de Sustentabilidade Empresarial da (ISE), que pertencem à B3. A Minerva Foods é a única empresa do setor de proteína bovina a ingressar a edição 2021/2022 do ISE B3, sendo o segundo ano consecutivo em que faz parte do grupo. Os índices são ferramentas para análise comparativa da performance das empresas listadas na B3 sob o aspecto da sustentabilidade corporativa.

Também está entre as 5 melhores empresas brasileiras no ranking Forest 500. A avaliação indica que a empresa é uma das que apresenta os menores riscos de vínculo com o desmatamento ou de potencial exposição a cadeias de fornecimento de commodities de risco florestal. O ranking é realizado anualmente pela Global Canopy e busca acelerar o progresso em direção a uma economia global sem

desmatamento - por meio de maior transparência, finanças inovadoras e comunicações estratégicas. Para sua composição, são avaliadas a abordagem geral para o desmatamento; força da política/compromisso de sustentabilidade; considerações sociais, que analisa seus compromissos com os direitos humanos; relatórios e implementação dos compromissos assumido - critérios nos quais a Minerva Foods apresentou resultados positivos.

Em 03/05/2022

As nossas operações em Rondônia e no Mato Grosso estão em conformidade com as normas ambientais exigidas pelas autoridades.

Além disso, desde que assinamos o Termo de Ajustamento de Conduta no Pará junto ao MPF, em 2009, nós aplicamos as regras presentes nesse termo em todas as compras na Amazônia. Seguimos também o Protocolo de Monitoramento de Fornecedores de Gado na Amazônia, desenvolvido em parceria com o MPF, Imaflora e os principais frigoríficos, inclusive participamos ativamente nesse processo.

Somos a primeira e única empresa do setor a realizar o monitoramento geográfico em todos os biomas do Brasil, onde temos operação, além de possuímos os melhores resultados na auditoria do Ministério Público Federal no Pará, bem como 100% de conformidade nas auditorias do Compromisso Público da Pecuária.

Com relação ao Visipecc, esclarecemos que não existe a necessidade de cadastramento de produtores na ferramenta, uma vez que ela utiliza dados públicos e faz a verificação a partir do cruzamento de informações do CAR e GTA.

No arquivo anexo (abaixo) compilamos o posicionamento sobre a atuação sustentável da Minerva Foods. Para ter acesso a essas e outras informações sobre sustentabilidade, acesse: <https://www.minervafoods.com/sustentabilidade>

Anexo:

A Minerva Foods é a maior exportadora de carne bovina na América do Sul e uma das líderes em produção de carne bovina de alta qualidade na região. A Companhia opera nos segmentos de carne bovina e alimentos processados com presença significativa no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai, vendendo produtos para mais de 100 países.

Entendemos que a sustentabilidade do nosso negócio depende da manutenção dos ecossistemas que sustentam a produção agrícola. Nosso foco está na ação agora para prevenir os piores efeitos das mudanças climáticas, ao mesmo tempo que apoiamos os agricultores na implementação de práticas que sequestram e estocam carbono, protegem a biodiversidade, e aumentam a resiliência. No centro deste ideal, está nossa responsabilidade perante o futuro sustentável do sistema alimentar,

contribuindo para um planeta saudável e comunidades prósperas.

Assim, em 2021, anunciamos nosso Compromisso com a Sustentabilidade, que tem como principal objetivo ser carbono neutro até 2035, com emissões líquidas zero, 15 anos antes do previsto no Acordo de Paris, além de reduzir em 30% a intensidade das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) nos escopos 1 e 2 até 2030. Com relação às fazendas fornecedoras indiretas, temos como meta desenvolver e implementar um programa de monitoramento em todos os países de operação na América do Sul até 2030. Como parte da estratégia, a Companhia já avançou em frentes de atuação, conforme detalhamos abaixo:

Monitoramento de fornecedores

A Minerva Foods continua liderando iniciativas para combater o desmatamento ilegal e as mudanças climáticas relacionadas à conversão de terras na América do Sul. Nos últimos anos, a Companhia intensificou esforços para reduzir sua pegada hídrica e de carbono; para conter as mudanças climáticas; e promover cada vez mais a produção de carne bovina com baixa emissão de carbono. Nos últimos 10 anos, a Companhia vem adotando iniciativas para uma produção cada vez mais sustentável em toda a cadeia de valor.

Como resultado de sua estratégia ESG, a Minerva Foods é a primeira e única empresa do setor a utilizar sistemas de informações geográficas em todas as regiões do Brasil e do Paraguai, sendo pioneira no monitoramento de fornecedores na região do Cerrado e na avaliação de riscos indiretos por meio do uso de ferramentas tecnológicas. Hoje, um total de mais de 26 milhões de hectares estão sendo analisados entre o Brasil e o Paraguai. No total, o tamanho de todas as regiões monitoradas é maior do que o território do Reino Unido.

No Brasil, 100% das compras realizadas pela Minerva Foods são monitoradas em todas as regiões de atuação, na Amazônia, Cerrado, Pantanal e Mata Atlântica, por meio de mapas georreferenciados de fornecedores diretos, garantindo o cumprimento de rígidos critérios socioambientais por parte dos fornecedores. No Paraguai, mais de 3.000 fazendas estão cadastradas na ferramenta de monitoramento geográfico, o que representa 100% de todas as compras monitoradas no país.

A Minerva Foods obteve os melhores resultados entre as empresas líderes do setor na última auditoria do Ministério Público Federal do Pará (MPF-PA). Esta auditoria é a única verificação de terceira parte da cadeia com a supervisão do MPF, sendo a principal e mais confiável avaliação do controle de desmatamento na Amazônia por parte dos frigoríficos.



EMPRESAS	Auditoria 2018	Auditoria 2019	Auditoria 2020
	Non-compliances (%)	Non-compliances (%)	Non-compliances (%)
Mil (Total)	19,10	8,90	31,99
Miladouro Paraná	43,09	12,10	31,12
IngerFico Atlanta	69,90	36,23	24,82
SantaFigo	8,40	15,27	18,67
IngerFico Sampaio	--	30,82	15,21
Figal (Total)	17,39	18,72	4,12
Mil Mourão - Arroz Alimentos	0,32	0,00	0,74
Mil Consultoria Agropecuária	--	--	0,68
Mil Guarani Comércio	0,00	0,06	0,67
Milouro (Total)	0,30	0,22	0,01
Minerva	0,00	0,26	0,00
Agropecuária	0,00	0,00	0,00
IngerFico Rio Maria	0,00	0,02	0,00
Carfina	0,00	3,50	0,00
Mil Mourão	31,00	3,72	0,00
Mil. Mourão - Carne Ideal	--	--	14,37
IngerFico Atlanta	72,00	17,62	--
Mil Souza Junior	38,26	1,80	--
S.E. Ribeiro Soares	26,17	25,25	--
SOCOP - Cooperativa de Ind. Pecuária do Pará	11,50	--	--
Milford do Brasil Agropecuária	0,50	--	--
Milão do Mourão SFP	44,04	78,74	--
Mil Comércio de Carnes	9,65	--	--
Cláudia	0,22	--	--
IngerFico Santa Cruz (Maurício)	7,21	--	--
Figal - Comércio de Sal	19,89	1,93	--

Fonte: Ministério Público Federal

Todos os resultados são públicos e mais informações podem ser encontradas no link abaixo:

http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2021/apresentacao_auditorias_cadeia_pecuaria_pa_07-10-2021.pdf

Alinhada ao seu pioneirismo, a Minerva Foods é a primeira Companhia do setor a avançar e tomar medidas para avaliar a cadeia de fornecedores indiretos. Em 2020, a Companhia iniciou os testes com a utilização do Visipecc, ferramenta de rastreabilidade que funciona de forma complementar ao sistema de monitoramento utilizado pela Minerva Foods. Foi desenvolvido pela National Wildlife Federation (NWF), em parceria com o Gibbs Land-Use and Environment Lab da Universidade de Wisconsin-Madison ("UW"), e atualmente é gerenciado pela National Wildlife Federation (NWF). Os resultados dos testes demonstram uma conformidade de 99,7%. Os testes foram realizados analisando 2.833 fornecedores indiretos e 1.740 fornecedores diretos, uma relação total de 1,6 fornecedores indiretos para cada fornecedor direto da operação.

Informações detalhadas sobre os resultados do teste estão disponíveis para consulta pública em <https://www.minervafoods.com/sustentabilidade/>. É válido também destacar que existem oportunidades para melhorar a rastreabilidade animal. Uma delas é por meio das Guias de Trânsito Animal (GTAs), de responsabilidade do Serviço de Inspeção Federal (SIF), presente em todas as unidades da Minerva Foods. Porém, para ser eficaz na rastreabilidade animal, é inerente que as indústrias tenham acesso às GTAs, o que atualmente não ocorre.

Com o entendimento de que os esforços para fortalecer a rastreabilidade na cadeia devem ser

coletivos, a Companhia lançou o primeiro aplicativo móvel voltado para produtores rurais, que permite o monitoramento de seus fornecedores. O SMGeo Prospec foi desenvolvido em parceria com a Niceplanet Geotecnologia, possibilitando análises socioambientais para toda a cadeia produtiva do agronegócio.

O aplicativo foi uma forma de a Minerva Foods fornecer aos produtores rurais a mesma tecnologia que utiliza em sua análise de fornecedores, sistemas de monitoramento e mapeamento de risco para todas as compras de gado. A mesma tecnologia que tem permitido à Companhia obter os melhores resultados em rastreabilidade entre os principais players do setor. O banco de dados fornece informações sobre a conformidade dos proprietários por meio de referência cruzada da Lista Suja de Trabalho Escravo e das listas de embargos ambientais. Também tem a capacidade de exibir mapas e imagens de satélite para ver a conformidade da propriedade em relação a sobreposições de áreas embargadas, desmatamento, terras indígenas, unidades de conservação e invasão de territórios de comunidades tradicionais.

Ao disponibilizar o SMGeo Prospec para a cadeia de fornecimento, a Minerva Foods tem incentivado o monitoramento dos fornecedores de seus fornecedores (fazendas de fornecimento indireto), reduzindo assim os riscos relacionados a animais oriundos de áreas que não atendem às normas e legislações socioambientais. Mais informações podem ser encontradas em nosso canal do Youtube <https://www.youtube.com/watch?v=i6yIMHTGMR0&t=1230s>.

Descarbonização

A Minerva Foods também criou um ambicioso programa de baixa emissão de carbono, o Renove. A iniciativa mede e monitora o balanço de carbono nas propriedades agrícolas de seus parceiros na América do Sul, envolvendo os produtores e colaborando para a implementação das melhores práticas produtivas com foco na pecuária de baixo carbono.

Durante a COP26, a Minerva Foods, junto com o Imaflora, anunciou sua parceria no Carbon On Track, programa desenvolvido para medir o balanço de carbono em fazendas da América do Sul - que usa os dados do programa Renove da Minerva Foods para seus resultados. Como parceira pioneira no setor de pecuária, a Minerva Foods convidou 25 fornecedores do Brasil, Argentina, Colômbia, Paraguai e Uruguai para participar do programa piloto. Isso envolveu mais de 232.000 cabeças de gado e 185.000 hectares de pastagem calculada, cobrindo cinco biomas diferentes: Amazônia, Pantanal, Cerrado, Pampa, no Brasil, e Chaco, no Paraguai. Os resultados iniciais apontaram que os parceiros da Companhia, analisados nesta iniciativa, já emitem 44% menos gases de efeito estufa (GEE) quando comparados à taxa média mundial de emissões na produção de carne bovina, estimada em 19,9 tCO₂e por tonelada de carne bovina produzida (obtida a partir de uma comparação de 30 artigos de pesquisa). Mais informações podem ser encontradas em <https://carbonontrack.imaflora.org/>.

Além das iniciativas do trabalho tático com foco no monitoramento de cadeia, combate ao desmatamento ilegal e redução de emissões GEE na atmosfera, a Minerva Foods ainda se tornou signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), o maior movimento de sustentabilidade do planeta, composto por iniciativas de política estratégica para empresas comprometidas a se enquadrar nos princípios globais de direitos humanos, ética e transparência, além de apoiar o setor empresarial para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU até 2030.

O movimento faz parte da estratégia de Sustentabilidade da Companhia e reforça o trabalho realizado nos últimos anos com foco no fomento da Sustentabilidade em todos os elos da cadeia. Com essa assinatura, a Minerva Foods passa a fazer parte da maior rede internacional de líderes empresariais e assume o compromisso de incorporar os dez princípios do Pacto Global às suas estratégias, a fim de promover uma gestão ainda mais sustentável.

A Companhia ainda passou a integrar as carteiras do Índice Carbono Eficiente (IC02) e Índice de Sustentabilidade Empresarial da (ISE), que pertencem à B3. A Minerva Foods é a única empresa do setor de proteína bovina a ingressar a edição 2021/2022 do ISE B3, sendo o segundo ano consecutivo em que faz parte do grupo. Os índices são ferramentas para análise comparativa da performance das empresas listadas na B3 sob o aspecto da sustentabilidade corporativa.

A Minerva Foods também está entre as 5 melhores empresas brasileiras no ranking Forest 500. A avaliação indica que a empresa é uma das que apresenta os menores riscos de vínculo com o desmatamento ou de potencial exposição a cadeias de fornecimento de commodities de risco florestal. O ranking é realizado anualmente pela Global Canopy e busca acelerar o progresso em direção a uma economia global sem desmatamento - por meio de maior transparência, finanças inovadoras e comunicações estratégicas. Para sua composição, são avaliadas a abordagem geral para o desmatamento; força da política/compromisso de sustentabilidade; considerações sociais, que analisa seus compromissos com os direitos humanos; relatórios e implementação dos compromissos assumido - critérios nos quais a Minerva Foods apresentou resultados positivos.

Em 10/05/2022

O Visipec é uma ferramenta de rastreabilidade que realiza uma avaliação de risco por meio do cruzamento de bancos de dados públicos, conectando fornecedores diretos e indiretos, melhorando significativamente o processo de tomada de decisão para a compra de gado na região da Amazônia.

Com base nestes dados públicos, fornece aos frigoríficos maior visibilidade em suas cadeias de fornecimento para que possam incluir propriedades de fornecedores indiretos em seus sistemas para mapeamento.

A ferramenta cruza as informações de GTA (Guia de Trânsito Animal - documento oficial para transporte de animais no Brasil), que é emitida considerando os dados de origem e os dados de destino do animal,

sendo possível identificar a indústria, o fornecedor direto e o fornecedor indireto com o CAR, (Cadastro Ambiental Rural) da propriedade com bases de dados públicos para acompanhar a movimentação de gado em seu ciclo produtivo. Ambos são documentos obrigatórios para a prática da pecuária no Brasil.

O Visipec utiliza as Boas Práticas acordadas no Grupo de Trabalho de Fornecedores Indiretos (GTFI), o principal fórum de discussão para avançar com soluções viáveis para a inclusão de fornecedores indiretos em sistemas de gestão da cadeia de suprimento dos frigoríficos, como protocolo para analisar os fornecedores indiretos.

Dentre as possibilidades trazidas pelo uso da ferramenta estão:

- Mapear e acompanhar os fornecedores indiretos, utilizando as Boas Práticas GTFI para identificar os possíveis riscos na cadeia de fornecimento.
- Obter informações para destacar positivamente as práticas sustentáveis desenvolvidas pelos produtores rurais e antecipar as exigências do mercado.
- Identificar e priorizar regiões de risco e potenciais não conformidades para engajar e apoiar os produtores em ações corretivas.
- Trazer maior segurança e transparência nas relações entre os elos da cadeia de abastecimento da pecuária brasileira.
- Melhorar a rastreabilidade e o monitoramento do desmatamento na Amazônia.

Cabe ressaltar que o Visipec é uma ferramenta de avaliação de riscos baseada em dados disponibilizados pelos órgãos públicos, permitindo a rastreabilidade da cadeia da pecuária, ou seja, relacionando e evidenciando os produtores e seus fornecedores.

Diante da indisponibilidade de uma ferramenta pública que possibilite o monitoramento de fazendas fornecedoras indiretas das indústrias, não é possível analisar as comercializações realizadas por nossos fornecedores diretos. Atualmente, as informações são atualizadas apenas no estado do Pará.

Em 12/05/2022

O Programa de Monitoramento dos Fornecedores Indiretos da Minerva Foods é composto pelas ferramentas Visipec e SMGeo Prospec, assim como pelo mapeamento do ciclo de produção das fazendas fornecedoras.

O SMGeo Prospec foi desenvolvido em parceria com a Niceplanet Geotecnologia, possibilitando análises socioambientais para toda a cadeia produtiva do agronegócio. O aplicativo foi uma forma de a Minerva Foods fornecer aos produtores rurais a mesma tecnologia que utiliza em sua análise de fornecedores, sistemas de monitoramento e mapeamento de risco para todas as compras de gado.

O banco de dados fornece informações sobre a conformidade dos proprietários por meio de referência cruzada da Lista Suja de Trabalho Escravo e das listas de embargos ambientais. A tecnologia também permite a exibição de mapas e imagens de satélite para checagem da conformidade em relação a sobreposições de áreas embargadas, desmatamento, terras indígenas, unidades de conservação e invasão de territórios de comunidades tradicionais.

Ao disponibilizar o SMGeo Prospec para a cadeia de fornecimento, a Minerva Foods tem incentivado o monitoramento dos fornecedores de seus fornecedores (fazendas de fornecimento indireto), reduzindo, assim, os riscos relacionados a animais oriundos de áreas que não atendem às normas e legislações socioambientais. O programa se estende para todo o território brasileiro.

NOTAS

- 1 <https://www.science.org/doi/10.1126/science.aba6646>
- 2 https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/09/pecuaria-extrativa_final_Paulo-Barreto-1.pdf
- 3 <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=resultados>
- 4 <https://reporterbrasil.org.br/rotadogado/>
- 5 <https://reporterbrasil.org.br/2020/06/amazonia-como-criadores-de-gado-driblam-acordo-com-mpf-e-incentivam-desmatamento/>
- 6 <http://greenpeace.org.br/gado/farradoboiaamazonia.pdf>
- 7 <https://www.greenpeace.org/static/planet4-brasil-stateless/2018/07/criterios-m-nimos-para-opera-2.pdf>
- 8 https://www.beefontrack.org/public/media/arquivos/1607625809-boi_na_linha_info_n_2.pdf
- 9 https://www.beefontrack.org/public/media/arquivos/1597414501-fluxograma_protocolo_de_monitoramento.pdf
- 10 <https://www.globalwitness.org/pt/beef-banks-and-brazilian-amazon-pt/>
- 11 <https://www.car.gov.br/#/>
- 12 <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/10/27/terras-em-297-areas-indigenas-estao-cadastradas-em-nome-de-milhares-de-fazendeiros/>
- 13 <https://deolhonosruralistas.com.br/car-indigenas/>
- 14 https://imazon.org.br/PDFimazon/Portugues/outros/0EstadoAPs_CAR.pdf
- 15 <https://www.beefpoint.com.br/boletim-especial-do-car-informa-que-ha-mais-de-7-milhoes-de-imoveis-ou-posses-rurais-cadastrados/>
- 16 <https://www.oeco.org.br/reportagens/o-drible-do-gado-a-parte-invisivel-da-cadeia-da-pecuaria/>
- 17 <https://reporterbrasil.org.br/2020/06/integra-da-resposta-para-a-reportagem-como-criadores-de-gado-incentivam-desmatamento/>
- 18 https://s3.amazonaws.com/alerta.mapbiomas.org/rad2020/RAD2020_FactSheet_FINAL_PT.pdf
- 19 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-09/pf-investiga-fraudes-em-certificados-de-fiscais-e-gestores-do-ibama>
- 20 <https://blogs.oglobo.globo.com/bela-megale/post/ex-deputado-sandro-mabel-e-alvo-de-operacao-da-pf-que-investiga-fraudes-no-ibama-para-beneficiar-fazendeiros-da-amazonia-legal.html>
- 21 <https://goias365.com.br/sandro-mabel-nega-envolvimento-com-fraudes-no-ibama/>
- 22 https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2021/05/leiatodaainvestigacao_260520212949.pdf
- 23 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-09/pf-investiga-fraudes-em-certificados-de-fiscais-e-gestores-do-ibama>
- 24 https://reporterbrasil.org.br/documentos/conexoes_sustentaveis.pdf
- 25 <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/02/26/policia-detecta-135-insercoes-falsas-em-sistema-do-idaf-no-ac-e-ex-funcionario-e-presos-na-operacao-fake-bois.ghtml>
- 26 <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/07/07/servidor-da-secretaria-da-fazenda-e-presos-por-envolvimento-no-transporte-ilegal-de-bois-no-acre.ghtml>
- 27 <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/05/18/tres-servidores-publicos-sao-presos-e-mais-de-r-29-milhoes-sao-bloqueados-na-operacao-fake-bois.ghtml>
- 28 <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/03/09/policia-do-ac-cumpram-mandados-de-busca-em-2a-fase-da-operacao-fake-bois-e-30-cadastrados-de-produtores-estao-bloqueados.ghtml>
- 29 https://jbs.com.br/saiba-mais/antecipacao_desmat/
- 30 <https://www.pecuariatransparente.org.br/>
- 31 https://www.marfrig.com.br/pt/Documentos%20Compartilhados/Manifesto_Marfrig_Visao%2010%20anos.pdf
- 32 https://www.marfrig.com.br/pt/SiteAssets/Lists/MarfrigVerdeMais/NewForm/Marfrig_Verde+Avan%C3%A7os_PORT.pdf
- 33 <https://reporterbrasil.org.br/2022/07/integra-dos-posicionamentos-de-jbs-marfrig-minerva-e-banco-interamericano-de-desenvolvimento/>
- 34 <https://www.visipec.com/pt/home/>
- 35 https://www.visipec.com/wp-content/uploads/2020/02/Sumario_Executivo.pdf#page=2
- 36 <https://gtfi.org.br/boas-praticas/>
- 37 <https://reporterbrasil.org.br/2022/07/falhas-no-controle-de-frigorificos-colocam-em-xeque-promessas-de-combate-ao-desmatamento/>
- 38 http://terrabrasis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates
- 39 <https://imazon.org.br/imprensa/desmatamento-na-amazonia-cresce-29-em-2021-e-e-o-maior-dos-ultimos-10-anos/>
- 40 <https://fpagropecuaria.org.br/2021/05/06/cd-pl-345-2021/>

MONITOR #16

SETEMBRO 2022

